

PINGA-FOGO

■ O VERGONHOSO JULGAMENTO DO TSE POR ALGUNS MINISTROS DO STF. UM CONTORCIONISMO JURÍDICO NUNCA VISITO NA HISTÓRIA - O julgamento no Plenário do Supremo Tribunal Federal viu um dia histórico. Não pelo julgamento do destino do Rio de Janeiro, mas por outro réu que chamou atenção do mundo jurídico e constrangeu, pela situação inédita, os membros do judiciário que assistiam a transmissão ao vivo na tarde desta quarta, 08 de abril de 2026. Quem estava na verdade sendo julgado pela parte mais militante da corte era o TSE - Tribunal Superior Eleitoral. Foi vergonhoso ver alguns ministros do Supremo tentar ridicularizar um julgamento impecável de uma corte eleitoral, como se ela fosse um juizado de primeira instância, conduzido por um magistrado recém-formado.

■ O constrangimento maior é que naquele plenário estavam três integrantes do TSE, inclusive a presidente da corte, que virou uma gigante ao defender o julgamento que presidiu e era questionado pelo novato da casa, o quase imberbe Cristiano Zanin, que foi socorrido pela ironia refinada e felina do ministro Flávio Dino, algumas vezes, e pelas intervenções de apoio do ministro Alexandre de Moraes.

■ A ironia de Dino não resistiu à firmeza moral da ministra Cármen Lúcia, que, ao responder ao colega maranhense, usou a solidez moral das grandes matriarcas mineiras e fuzilou: "Estamos diante de um contorcionismo jurídico, que usa uma reclamação, o artifício para fugir da corte eleitoral, questionando a partir de uma ata, já que o acórdão aguarda os prazos de recursos". Como presidente da Corte, ela defendeu seus pares que foram unânimes no julgamento, considerando prejudicada a cassação do diploma de governador de Cláudio Bonfim de Castro.

■ Submeter um julgamento do TSE, órgão supremo da justiça eleitoral, a uma revisão pública, em um julgamento no qual parte dos julgadores estão a serviços de uma agenda eleitoral para beneficiar o inconformismo de uma célula partidária estadual interessada em implodir adversários antes do embate das urnas é vexaminoso. Até que ponto alguns ministros do STF não compreendem que estão sendo assistidos e observados pela a opinião pública, pela imprensa e pelo próprio judiciário? A desconexão com a realidade é tão grande assim? Será que acham que a toga não sai enlameada por serem tão servis?

■ OS TROPEÇOS E GAGUEJOS DO MINISTRO NOVATO DO STF - A falta de vergonha e de sutileza vai muito além da subordinação às leis, aos princípios constitucionais e aos

OAB-RJ e TRT1 discutem protocolo conjunto para disciplinar audiências trabalhistas

A presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio, se reuniu com o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1), desembargador Roque Lucarelli, para tratar de demandas da advocacia trabalhista. Um dos objetivos do encontro foi discutir procedimentos e aprimorar a atuação da advocacia e da magistratura nas audiências trabalhistas.

Um dos principais avanços foi a definição da elaboração conjunta de um protocolo para disciplinar as sessões, com destaque para o debate relativo ao direito de advogados e advogadas utilizarem o telefone celular durante os julgamentos.

"É prerrogativa da advocacia ter acesso ao celular como instrumento de trabalho durante a audiência. A gravação também é direito do advogado já reconhecido", afirmou a presidente, ressaltando que a utilização dos aparelhos deve respeitar limites éticos, como a vedação à monetização de imagens.

Outras demandas apresentadas pela advocacia incluem a liberação de valores incontroversos, maior pontualidade e comunicação em casos de atraso nas audiências, além da ampliação da infraestrutura para a realização de audiências híbridas. Foi

ritos processuais, a ponto do novato Cristiano Zanin, no seu gaguejo voto, ter revelado que poderia se perpetuar o comando do estado ao governador em exercício, o desembargador Ricardo Couto de Castro. Ao finalizar o seu voto e manter a liminar que determinava eleição direta, ele omitiu que havia determinada a permanência do desembargador como governador interino até o julgamento do mérito. Em uma brilhante intervenção do ministro e presidente do STF Edson Fachin, esta falha foi apontada: "O senhor manteve o desembargador no comando do estado até o julgamento do mérito, o que estamos fazendo agora..."

■ Zanin teve de revelar, então, a sua posição: "Vamos deixar este assunto em aberto para uma discussão posterior durante o julgamento". Revelou que advoga a tese de um interventor para o estado do Rio, rasgando a Constituição e passando a criar um papel ficcional para não permitir a eleição de um governador interino ou ainda fazer que a eleição de outubro seja uma, deixando o seu interventor escolhido ao arrepio da lei no comando do estado até dezembro de 2026.

■ Para quem tem a ousadia de julgar o TSE na presença da sua presidente e de dois membros, nomear um interventor para o Rio é café pequeno.

■ DINO DEIXOU O GOVERNO PARA CONCORRER AO SENADO, ATÉ QUE AGORA CONSIDERA CRIME - O ministro Flávio Dino, antecipando

parte do seu voto, que será proferido na abertura dos trabalhos desta quinta, 09 de abril, fez coro ao questionamento sobre a renúncia do governador Cláudio Castro e apontou a possibilidade de ter sido uma burla para fugir da condenação. A grande ironia é que Castro foi seu colega como chefe do executivo estadual por um bom período. O próprio Dino foi governador do Maranhão por dois mandatos e, no segundo, renunciou festivamente ao Governo para concorrer ao Senado, seguindo os mesmos passos do colega carioca.

■ Castro, quando deixou o governo do Rio, já havia sido anunciado como integrante da chapa majoritária da direita, composta pelo deputado Douglas Ruas para o governador, Rogério Lisboa como vice, Márcio Canella como candidato ao Senado - tendo Rogéria Bolsonaro como suplente - e o ele próprio, como líder das pesquisas. Quem no Rio não sabia que ele concorreria ao Senado? Na tese da Zanin, a saída foi uma burla ao sistema eleitoral. Outra ironia é o calendário. Quem antecipou o processo de desincompatibilização foi o prefeito Eduardo Paes, que deixou a Prefeitura na sexta-feira, dia 20 de março, data que Castro pré-agendou para sair, mas, para não compartilhar as manchetes, deixou no dia útil seguinte. O próprio Correio da Manhã publicou em fevereiro de 2026 que o governador e o prefeito poderiam sair na mesma data.



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Bruno Mirandella/OAB-RJ



Reunião tratou de prerrogativas da advocacia, uso de celulares em audiência e melhorias estruturais na Justiça do Trabalho

também sugerida a definição de um horário limite para o término das audiências, alinhado ao que prevê a legislação trabalhista, especialmente por questões de segurança.

Participaram da reunião o presidente e a vice-presidente da Comissão da Justiça do Trabalho (CJT) da OAB-RJ, Ricardo Menezes e Sílvia Corrêa; o coordenador da Comissão de Prerrogativas da Seccional no âmbito da Justiça do Trabalho, Max Ferreira Mendonça; e a integrante da CJT Jenifer Lorraine de Carvalho Sampaio.

Pelo TRT1, participaram o vice-presidente, Leonardo Pacheco; o corregedor, Alvaro Luiz Carvalho Moreira; o ouvidor-suplente, Jorge Orlando Sereno Ramos; a ouvidora da Mulher, Carina Rodrigues Bicalho; a ouvidora da Mulher suplente, Mônica Puglia; e o juiz auxiliar da Corregedoria Ricardo Miguel. Participaram ainda a presidente da Associação dos Juizes do Trabalho da 1ª Região, Taciela Cordeiro, e o presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região, Rafael Pazos Dias.

■ FUX, O MINISTRO QUE CONHECE AS LEIS E A REALIDADE FLUMINENSE - Nesta quarta, 08 de abril, o filho de Lucy e Mendel Fux segurou a espada da Justiça e honrou a sua vida como magistrado. Começou sendo duro com o Procurador-Geral da República, ao dizer que o papel de um magistrado é de fazer cumprir a lei e não criar teses ou tentar interpretá-la. Lembrou sua passagem pelo Ministério Público e sua opção pela magistratura.

■ O ministro Luiz Fux deu uma aula de ritos processuais demonstrando que o objetivo político e não jurídico do Supremo Tribunal Federal - STF ser questionado por uma célula estadual de uma partido político, que tem o seu mandato de representação no âmbito estadual da sua jurisdição. Foi na mosca. Não era o PSD de Ronaldo Caiado ou Gilberto Kassab que estava nos autos, e sim um núcleo regional que se beneficiaria politicamente das decisões contra adversários.

■ Na sua relatoria anterior, ele negou o ingresso de legendas partidárias no processo, exatamente pelo interesse político e não jurídico. Ele foi coerente ao apontar como foco de toda esta confusão uma parte que está usando a justiça como instrumento eleitoral.

■ O ponto alto do voto professoral do ministro Luiz Fux, o único magistrado de carreira na corte, foi apontar que, após a eleição pela Alerj, caberá ao novo presidente eleito assumir o mandato de

governador interino e convocar as novas eleições. A frase tem um efeito maior por Fux ser oriundo do TJ-RJ e ter uma filha desembargadora naquela corte.

■ Se no STF é exatamente Fux quem conhece as filigranas da realidade fluminense, ao fazer isso, ele defende as instituições do estado, o próprio tribunal, o Ministério Público Estadual e o Poder Legislativo. Não se pode empastelar o Rio como uma terra de bandagem e rotular sua política como podre.

■ O AMIGO DO BATMAN NO STF - O advogado Thiago Fernandes, do núcleo estadual do PSD, ao fazer a sustentação oral no STF nesta quarta, cometeu uma das mais hilárias gafes já ocorridas na tribuna da corte. Comparou o Rio a Gotham City e que, havendo eleição indireta, acabariam elegendo o Coringa...

■ Como ele começou dizendo que era um rapaz do interior e se colocou ao lado do Batman, o jovem advogado caiu em uma armadilha.

■ O seu Batman de estimação deixou o pessoal do Rio apavorado. A "Liga da Justiça" já foi a maior milícia do Rio de Janeiro, atuante principalmente na Zona Oeste. O grupo, conhecido por usar o símbolo do Batman e extorquir moradores/comerciantes, foi criado no final dos anos de 1990. O seu líder Jerominho foi morto a tiros em Campo Grande em 2022. Ele foi vereador e era muito ligado à prefeitura.